

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
CENTRO DE ENGENHARIAS E CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM AGRONOMIA**

**ORLANDO ANGELO NETO**

**ACAMPAMENTOS SAPUCAIA E CAÍPE, UNIÃO DOS PALMARES, ALAGOAS:  
CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E PRODUTIVAS**

**RIO LARGO, AL  
2020**

**ORLANDO ANGELO NETO**

**ACAMPAMENTOS SAPUCAIA E CAÍPE, UNIÃO DOS PALMARES, ALAGOAS:  
CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E PRODUTIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do curso de graduação em Agronomia do Centro de Engenharias e Ciências Agrárias da Universidade Federal de Alagoas como requisito para a obtenção do título de Engenheiro Agrônomo.

Orientador: M.Sc. João Manoel da Silva

**RIO LARGO, AL  
2020**

**Catálogo na fonte Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Campus de Engenharias e Ciências Agrárias**  
Bibliotecário Responsável: Erisson Rodrigues de Santana

A584a

Angelo Neto, Orlando.

Acampamentos Sapucaia e Caípe, União dos Palmares, Alagoas:  
características socioeconômicas e produtivas. /Orlando Angelo Neto. – 2020.

48f.: il.

Orientador: M.Sc. João Manoel da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) – Campus de  
Engenharias e Ciências Agrárias, Universidade Federal de Alagoas. Rio  
Largo, 2020.

Inclui bibliografia

1. Acampamentos rurais. 2. luta pela terra. 3. vida no campo.
4. assistência rural. I. Título.

CDU: 631: 338.43

---

ORLANDO ANGELO NETO

ACAMPAMENTOS SAPUCAIA E CAÍPE, UNIÃO DOS PALMARES, ALAGOAS:  
CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E PRODUTIVAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à coordenação do curso de graduação em Agronomia do Centro de Engenharia e Ciências Agrárias da Universidade Federal de Alagoas como requisito para a obtenção do título de Engenheiro Agrônomo.

Orientador: M.Sc. João Manoel da Silva

Aprovado em 12 de março de 2020

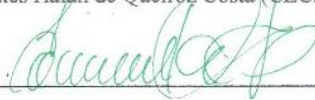
**Banca Examinadora**



M.Sc. João Manoel da Silva (Renorbio - Orientador)



Prof. Dr. Jakes Halan de Queiroz Costa (CECA-UFAL)



Profa. Dra. Tania Marta Carvalho dos Santos (CECA-UFAL)

## Dedicatória

Dedico a todos os trabalhadores rurais sem terra do Brasil que estão em seus barracos de lona às margens de rodovias e da sociedade, à espera de uma real reforma agrária que não só lhes traga a terra, mas que lhe dê condições para viver e prosperar na mesma.

## Agradecimentos

Primeiramente gostaria de agradecer aos meus pais Josias Ferreira Angelo e Dulcirene Ferreira de Souza Angelo, que acreditaram na educação como ferramenta de mudança da realidade, e nunca deixaram de medir esforços para garantir que eu alcançasse os meus objetivos e chegasse onde estou chegando hoje.

Ao meu irmão Otavio por ser meu melhor amigo, pela companhia e convivência ao longo dos anos.

À minha companheira Milena pelo apoio e ajuda incondicional, tanto na construção desse TCC quanto na minha vida como um todo, nunca se negando a me ajudar quando precisei.

Agradeço ao M.Sc. João Manoel da Silva, por esta orientação, pelo apoio, pela paciência e pela contribuição que teve na minha formação. Agradeço à Banca Examinadora, composta pela Profa. Dra. Tania Marta Carvalho dos Santos e pelo Prof. Dr. Jakes Halan de Queiroz Costa.

Ao GAC – Grupo Agroecológico Craibeiras, por ter me acolhido e ter sido minha casa dentro do CECA, fazendo com que não me sentisse único em um ambiente tão alienígena e hostil como um centro de ciências agrárias pode ser, e a FEAB – Federação de Estudantes de Agronomia do Brasil, que me permitiu participar de experiências únicas e me apresentou pessoas incríveis.

À Universidade Federal de Alagoas, em especial a equipe de profissionais do Centro de Ciências Agrárias – CECA, que vão desde o corpo docente, passando pelos técnicos, e indo até os funcionários responsáveis pela limpeza, manutenção, segurança e o restaurante universitário.

Agradeço a todos os estranhos que me deram carona e proporcionaram com que eu retornasse para casa ao longo desses 5 anos de graduação, provando que existem muitas pessoas boas no mundo.

Aos acampados de Sapucaia e Caípe, bem como ao movimento MLT, que me permitiram executar esse trabalho, especialmente as pessoas do “Índio” e da “Jô”.

De modo geral gostaria de agradecer minha família e pessoas que fazem parte do meu viver e que foram, são e serão fundamentais na minha jornada pela vida.

*“Lutar pela terra, lutar pelas plantas, lutar pela agricultura, porque se não vivermos dentro da agricultura, vamos acabar. Não tem vida que continue sem terra, sem agricultura”*

**(Ana Primavesi)**

## RESUMO

ANGELO NETO, Orlando. **À espera da reforma agrária: características socioeconômicas e produtivas dos acampamentos Sapucaia e Caípe, União dos Palmares, Alagoas.** 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) – Centro de Engenharias Ciências Agrárias, Universidade Federal de Alagoas, Rio Largo, 2020.

O panorama do uso da terra na zona da mata do estado de Alagoas é tradicionalmente ligado ao monocultivo da cana ou a pecuária de corte. Com a acentuada decadência da indústria sucroalcooleira vem ocorrendo uma mudança na paisagem dessa região, os campos outrora ocupados por imensos canaviais vão dando lugar a lavouras de macaxeira, batata doce, milho e feijão, e a barracos de lona ou taipa são os acampamentos rurais, lar e palco de luta e resistência de homens e mulheres à espera da reforma agrária, pessoas que vivem à margem da sociedade e revelam o descaso do poder público com a agricultura familiar. Objetivou-se com esse trabalho evidenciar as condições de vida à que estão expostas essas pessoas, os limites impostos pelas condições adversas e falta de recursos, bem como identificar quem são, suas escolaridades, idades e sexo. Os acampamentos estudados foram Caípe e Sapucaia, localizados as margens da BR-104 do município de União dos Palmares, na zona da mata alagoana, esses são dois das centenas de acampamentos que estão localizados nas terras que compreendem a massa falida da Usina Lajinha, que totalizam um total de 11 mil hectares, os acampamentos alvo do trabalho abrigam em torno de 80 famílias, que lutam pela sobrevivência no mesmo tempo que produzem alimentos e aguardam a reforma agrária, o trabalho se iniciou em maio de 2019 e durou até fevereiro de 2020 onde foram englobados dados quantitativos e qualitativos obtidos a partir do uso de questionário semiestruturado aplicado a um universo de 14 famílias escolhidas ao acaso e que se mostraram dispostas a mostrar a sua realidade à comunidade acadêmica e com isso evidenciar a sua situação de descaso perante a sociedade, dentre os acampados encontram-se principalmente pessoas já vinculadas a terra, em sua maioria ex-trabalhadores do monocultivo da cana-de-açúcar que se sentem no direito de reivindicar acesso à terra onde trabalharam durante anos, entre eles encontra-se pessoas de diversas faixas etárias, gêneros e escolaridades, que relatam que dentre os muitos problemas enfrentados incluem a infraestrutura a partir da dificuldade de acesso de serviços essenciais, como a assistência médica, escolas, eletricidade e saneamento básico, além disso, a infraestrutura precária acaba por obstar o escoamento da produção, sendo junto com a inexistência de assistência técnica, fatores que prejudicam a produtividade, comprometendo assim a permanência na ocupação, e a qualidade de vida dos trabalhadores rurais presentes nela.

**Palavras-chave:** acampamento rurais, luta pela terra, vida no campo, assistência rural.



## ABSTRACT

ANGELO NETO, Orlando. **Waiting for agrarian reform: socioeconomic and productive characteristics of the Sapucaia and Caípe camps, União dos Palmares, Alagoas.** 49 p. Monography (Graduation in Agronomy) – Centro de Engenharias e Ciências Agrárias, Universidade Federal de Alagoas, Rio Largo, 2020.

The panorama of land use in the forest area of the state of Alagoas is traditionally linked to the monoculture of sugarcane or beef cattle, with the sharp decline of the sugar and alcohol industry, a change has been taking place in the landscape of this region, the fields once occupied by immense cane fields they give way to manioc, sweet potatoes, corn and beans, and canvas or taipa shacks, are the rural camps, home and stage of struggle and resistance of men and women waiting for agrarian reform, people living on the margins society and reveal the neglect of public power with family farming. The objective of this work was to highlight the living conditions to which these people are exposed, the limits imposed by adverse conditions and lack of resources, as well as to identify who they are, their education, ages and sex. The camps studied were Caípe and Sapucaia, located on the margins of BR-104 in the municipality of União dos Palmares, in the zone of the Alagoas forest, these are two of the hundreds of camps that are located in the lands that comprise the bankrupt mass of Usina Lajinha, which totaling a total of 11 thousand hectares, the camps targeted by the work shelter around 80 families, who fight for survival while producing food and awaiting agrarian reform, the work began in May 2019 and lasted until February 2020 where quantitative and qualitative data were obtained, obtained through a semi-structured questionnaire applied to a universe of 14 families chosen at random and who were willing to show their reality to the academic community and thereby reveal their situation of neglect before society, among the campers there are mainly people already linked to land, most of whom are former sugar cane who feel entitled to claim access to land where they have worked for years, among them are people of different age groups, genders and education, who report that among the many problems faced include infrastructure due to the difficulty access to essential services, such as health care, schools, electricity and basic sanitation, in addition, the precarious infrastructure ends up impeding the flow of production, together with the lack of technical assistance, factors that hinder productivity, thus compromising productivity. permanence in the occupation, and the quality of life of the rural workers present in it.

**Keywords:** rural camp, struggle for land, country life, rural assistance.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Divisão dos acampados em função de gênero	29
Figura 2 – Liderança familiar.	30
Figura 3 – Escolaridade da Liderança familiar.	31
Figura 4 – Escolaridade dos acampados.	32
Figura 5 – Escolaridade dos acampados por faixa etária.	33
Figura 6 – Métodos de comercialização da produção agrícola.	34
Figura 7– Insumos utilizados na produção agrícola.	34
Figura 8– Métodos de saneamento aplicados nos acampamentos.	36
Figura 9– Dificuldades encontradas pelos acampados.	38

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra;

FETRAF – Federação da Agricultura Familiar;

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

LOC – Liga Operária Camponesa;

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens;

MAST – Movimento dos Agricultores Sem Terra;

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário;

MLST – Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra;

MLT – Movimento de Luta pela Terra;

MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro;

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra;

NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural;

OLC – Organização da Luta no Campo;

PCdoB – Partido Comunista do Brasil;

PNARA – Plano Nacional de Reforma Agrária;

PT – Partido dos Trabalhadores.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. REVISÃO DE LITERATURA	15
2.1 Agricultura familiar: identidades e conflitos	15
2.2 Movimentos Sociais de luta pela terra	16
2.3 Reforma Agrária	20
2.3.1 <i>Da instituição da propriedade privada</i>	20
2.3.2 <i>Embates políticos à Reforma Agrária</i>	21
2.4 Acampamentos e lutas	25
3. MATERIAIS E MÉTODOS	28
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	30
4.1 Descrição dos acampamentos	30
4.2 Da composição e estrutura familiar	30
4.3 Direcionamento da produção agropecuária	35
4.4 Saneamento básico e infraestrutura	37
4.5 Assistência e histórico de lutas	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	41
APÊNDICE	47

## 1. INTRODUÇÃO

O Estatuto da Terra apresenta a reforma agrária como um conjunto de medidas para o processo de distribuição de terras. Estas terras que são inicialmente improdutivas, passam a ser responsabilidade do Estado, que deve zelar para que essas cumpram o seu papel social, que é o de produzir, de modo justo e benéfico para o trabalhador e para o coletivo.

Para tornar a terra novamente produtiva, a propriedade, normalmente um latifúndio, passa a pertencer a um grupo de trabalhadores rurais sem-terra, ao invés de concentra-se em poder de um único indivíduo ou grupo, mas para que essa reforma aconteça, inicialmente os trabalhadores organizam-se em movimentos sociais para reivindicar a terra improdutiva, definindo estratégias para a ocupação. Esta reivindicação dá-se frequentemente por dois fatores, o primeiro é o vínculo estabelecido entre trabalhador e a terra em razão dos diversos anos de trabalho na mesma e o segundo é que a terra é estabelecida como meio de garantia de compensação financeira pelos anos de serviço prestado e surge como fonte de renda, para os trabalhadores rurais que tornam-se agricultores autônomos, tornando a mesma novamente produtiva e provendo o sustento a partir dela.

Para que a reforma agrária aconteça, o trabalhador rural sem-terra precisa superar algumas etapas, iniciada com o processo de organização e mobilização dos mesmos para realizar a ocupação das terras, que acontecem, normalmente, durante a noite, onde os trabalhadores adentram a propriedade e nela constroem abrigos provisórios com alguns materiais como lona, madeira e taipas, e a partir do momento que se estabelecem na propriedade, são esses abrigos conhecidos popularmente como barracos, passam a ser a moradia dos trabalhadores, e o conjunto desses barracos é denominado acampamento. Essa etapa do processo de reforma agrária é tida como crucial, visto que é o momento inicial e o mais longo, nela os acampados estão sujeitos as mais diversas intempéries climáticas, embaixo de seus barracos. Além do clima, os acampados convivem com a insegurança de ataques de jagunços dos “antigos” proprietários da terra e de forças policiais acionadas por esses, bem como a falta de recursos básicos como água potável, energia elétrica e assistência de saúde. Além de conviverem com essas dificuldades, os acampados ainda precisam produzir alimentos que supram as suas necessidades e abasteçam os mercados locais, e para essa finalidade, a alternativa técnica adotada é o uso da agroecologia, por ser um conjunto de técnicas baseadas no baixa uso de insumos externos, ideologias sociais e políticas

convergentes com as pensadas pelos movimentos de luta pela reforma agrária, bem como o respeito pelos recursos naturais e o meio ambiente prezados por esses.

Na região da Zona da Mata do estado de Alagoas, uma parte das terras anteriormente utilizadas para cultivo da monocultura da cana-de-açúcar ou pecuária de corte, passaram por uma transformação, a partir da decadência sofrida pela indústria sucroalcooleira no estado. As terras são agora ocupadas por diversas culturas, como macaxeira, inhame, batata doce e milho, bem como pelos conhecidos “barracos de lona” onde residem os acampados a espera da reforma agrária. Especialmente no município alagoano de União dos Palmares, destacam-se dois dentre os diversos presentes na região, são eles: Sapucaia e Caípe, localizados as margens da BR-104, em uma estratégia comumente utilizada por diversos acampamentos, afim de que a luta pela terra seja visualizada pelos demais membros da sociedade, buscando uma compreensão e integração maior com a população, para transformação do panorama comum que busca marginalizar e macular os movimentos sociais que lutam por uma divisão mais democrática da terra. Assim, objetivou-se a partir do presente trabalho conhecer o contexto socioeconômico e produtivo aprofundando-se nos traços e dificuldades da realidade dos acampados à espera da reforma agrária nas localidades de Sapucaia e Caípe.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 Agricultura familiar: identidades e conflitos

Muitos estudos têm sido construídos com a finalidade da compreensão dinâmica dos processos que envolvem a Reforma Agrária e seus atores como um todo. Dinâmica, pois esta está em constante movimento em função de todos os aspectos que a envolvem. Dentro destes, podemos – e devemos – focar, analisar, estudar e, por fim, compreender as famílias que estão envolvidas nesses processos. As famílias rurais possuem seus caracteres, sua identidade. Ademais, a agricultura familiar tem sido responsável pela produção de alimentos saudáveis em todo o território nacional, indo de encontro às megaproduções oriundas do agronegócio.

Silva (2019) descreve que

A produção da agricultura familiar é orientada para o cultivo da terra, produzindo em pequena escala e utiliza a força de trabalho familiar para a reprodução biológica e social. No Brasil a produção de alimentos é majoritariamente conduzida pela produção da agricultura familiar, segundo dados do IBGE 75% do alimento que chega na mesa dos brasileiros provém da agricultura familiar, que além da produção para a subsistência ainda direciona seu excedente para os mercados próximos. A produção é diversificada como frutíferas, leguminosas, hortaliças, produção de aves, bovinos, suínos, ovinos etc.

Assim, vale ressaltar a importância do agricultor familiar como ferramenta de resistência para o campo e também para a cidade.

O Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2016) mostra que o Brasil possuía 5.175.489 estabelecimentos rurais, onde 4.367.902 classificados como estabelecimentos de agricultores familiares (84%) do total de estabelecimentos agropecuários brasileiros ocupando apenas 24% da área total dos estabelecimentos (correspondendo a 80,3 milhões de hectares). Já em 2017 o Censo Agropecuário (IBGE, 2017) mostra uma diminuição da agricultura familiar no Brasil, onde dos 5.073.324 estabelecimentos agropecuários 77% (3.897.408) são classificados como de agricultores familiares, ocupando 23% da área total de estabelecimentos. Isso se dá, também, pelo êxodo rural, onde muitos viram na cidade um atrativo para tentar melhores condições de vida baseados no capital.

A agricultura familiar teve seu reconhecimento por três fatores: a redemocratização do país com a volta da atuação dos movimentos sociais após a ditadura militar; a mediação dos intelectuais com os debates sobre o tema na década de 1990; e o reconhecimento e as políticas públicas pelo Estado (SCHNEIDER; CASSOL, 2014).

De acordo com a Lei 11.326/06, agricultor familiar é aquele que atenda em suas práticas na atividade rural: detenha até 4 módulos fiscais; utilize mão de obra predominantemente familiar nas atividades do estabelecimento; renda familiar originada predominantemente das atividades econômicas de seu estabelecimento; dirija seu estabelecimento com sua família (LEI N 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006).

Picolotto (2014) descreve a agricultura familiar como

[...] um modelo de organização da agropecuária centrada na "empresa familiar" que têm vantagens sociais, econômicas e ambientais (por ser mais democrática, eficiente e sustentável) quando comparada ao modelo patronal (modelo construído em oposição ao familiar, como empresas especializadas, racionalizadas, impessoais e que a agricultura pode ser somente mais um negócio entre outros). Os agricultores familiares seriam certa camada de agricultores capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado, que se diferenciam dos demais pequenos produtores incapazes de assimilar tais modificações. A ideia central é a de que o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna e, de certa forma, ele resulta da própria atuação do Estado (o exemplo é da realidade europeia pesquisada pelos autores) que apostou nas explorações familiares, seja por interferências na estrutura agrária, seja na definição de políticas de preços e nos níveis de renda agrícola e no processo de inovação técnica.

Diante disso, é correto firmar que o agricultor familiar atua em vários setores da sociedade, indo além de um produtor de alimentos para autoconsumo por meio da divisão do trabalho com base na sua composição familiar, mas como um núcleo que proporciona uma dinâmica que vai desde a sua produção agrícola até aqueles que seus produtos atingem: população em geral, escolas, e até mesmo exportação. Além disso, a agricultura familiar fomenta a resistência de identidades, como ocorre nos povoados quilombolas e campesinos por meio de arte e cultura local passada pelas gerações.

## **2.2 Movimentos Sociais de luta pela terra**

Para definir movimentos sociais, primeiramente é preciso compreender que estes são, acima de tudo, geradores de saberes e inovações com base nos seus princípios de luta. No mundo inteiro, vários momentos da história da humanidade são marcados por eventos que geraram na sociedade certa revolta, especialmente pela luta em prol de grupos sociais diminuídos por meio de repressões baseadas em ideologias impostas por outros grupos, como religião, política, classes sociais, gênero, dentre outros.

Na realidade histórica, os movimentos sempre existiram, e cremos que sempre existirão. Isso porque representam forças sociais organizadas, aglutinam as



peças não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais. A experiência da qual são portadores não advém de forças congeladas do passado - embora este tenha importância crucial ao criar uma memória que, quando resgatada, dá sentido às lutas do presente. A experiência recria-se cotidianamente, na adversidade das situações que enfrentam. Concordamos com antigas análises de Touraine, em que afirmava que os movimentos são o coração, o pulsar da sociedade. Eles expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberta. Energias sociais antes dispersas são canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em "fazer propositivos" (GOHN, 2011).

A análise dos movimentos sociais tem sido esmiuçada sob viés de distintos paradigmas teóricos, dentre os quais se destaca o marxista, pois pode ser considerado como o que trouxe maiores contribuições para a compreensão dessa temática. Analisados sob o viés marxista, e das desenvolvidas pela Escola de Frankfurt, os movimentos sociais são entendidos como processos de lutas históricas das classes e camadas sociais em situação de subordinação e que, por sua vez, objetivam a transformação das condições da realidade social, caracterizada por carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural (GOHN, 1999; BORELLI FILHO, 2014).

Porém, na concepção marxista, nem todo movimento social pode ser concebido como revolucionário. Isso se dá pelo fato de que muitos movimentos sociais sejam de natureza simplesmente reivindicativa de bens e melhorias coletivas, principalmente, de equipamentos públicos, ligados à cidadania e à garantia de direitos previstos em lei (BORELLI FILHO, 2014). Dentre os movimentos sociais que realizam luta, objetivando transformações na estrutura da realidade social, destacam-se os movimentos sociais camponeses (GOHN, 1999). Assim, inicia-se aqui a discussão da importância dos movimentos sociais de luta pelo direito à terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento de Luta pela Terra (MLT).

Muitos dos movimentos sociais de luta pela terra existentes atualmente no Brasil tiveram seu natalício a partir de processos de dissidências, os quais podem ser verificados na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (criada em 1963) e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, especialmente, a partir de 1995. Esses movimentos passaram a rivalizar com o MST, disputando a liderança e a organização social e política de milhares de trabalhadores rurais sem-terra. Esse processo, por um lado, provocou dispersão das pautas e lutas sociais existentes que vinham se travando na época no campo brasileiro, especialmente a partir de 1985. Por outro lado, essa rivalidade trouxe consigo uma diversificação, pois houve também o aumento da demanda da luta pela terra,

bem como as pautas que as nortearam.

O MST e o Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MLST) encontram-se entre os principais movimentos, devido a amplitude de seus processos de territorialização, juntamente com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação da Agricultura Familiar (FETRAF), a Organização da Luta no Campo (OLC) a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) (SOUZA, 2009) as quais, até a fundação do MST, articulavam as lutas sociais no campo brasileiro, e estavam ligadas aos sindicatos de trabalhadores rurais, sendo ainda mediante a atuação dos sindicatos e da CONTAG, que possibilitou uma construção simbólico-política-identitária de trabalhadores rurais, impondo-se sobre a diversidade *geosociocultural* do universo rural brasileiro (PORTO-GONÇALVES, 2005).

Silva (2019) vem colocar que,

Os movimentos de luta pela terra começam a crescer e se organizar com mais intensidade nos anos 1990, com o aumento de integrantes e apoiadores o MST ganha força (com o apoio da CPT) e começam a se expandir em todo território nacional. Ocupando terras improdutivas ou com títulos contestados e realizando acampamentos, conseguem pressionar o governo de Fernando Henrique Cardoso, assim anuncia-se o I Plano Nacional da Reforma Agrária resultando na aceleração das desapropriações de terras e implantação de assentamentos rurais.

Ainda assim, o MST é tido com um dos mais importantes movimentos de luta pela terra, pois proveu visibilidade e articulação das lutas, e, para compreender melhor o seu advento e trajetória, é imperativo voltar ao contexto histórico das disputas de terra no território nacional, disputas que muitas vezes foram sangrentas e excludentes para o povo do campo. Nesse contexto, Oliveira (2001) descreve:

Este processo, que teve sua origem na escravidão, vem sendo cada vez mais consolidado, desde a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, particularmente com a Lei da Terra e o final da escravidão. Mas, foi na segunda metade do século XX que esta fusão se ampliou significativamente. Após a deposição, pelo Golpe Militar de 64, de João Goulart, os militares procuraram resoldar esta aliança política, particularmente porque durante o curto governo João Goulart ocorreram cisões nas votações do Congresso Nacional em aspectos relativos à questão agrária, principalmente quando uma parte dos congressistas votaram a legislação sobre a Reforma Agrária.

A década de 1990 trouxe também para a cena política novos sujeitos sociais, tais como, comunidades quilombolas, comunidades tradicionais e indígenas, boias-frias, posseiros, seringueiros, brasiguaios, brasilianos, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento Grito da Terra Brasil, entre outros, que, conjuntamente, com o MST e as suas dissidências contribuíram para a intensificação da luta pela terra no país ao demandarem por políticas de reforma agrária (BORELLI FILHO, 2014). Isso dá a percepção

da grandiosidade da luta pela terra, que não se restringe a um único campo. Ainda o referido autor faz um breve permeio histórico sobre a luta por terra pautada nos movimentos sociais.

Como resultado dos processos de dissensões ocorridos no interior da estrutura social e política do MST e que deram origem a novos movimentos sociais camponeses, podemos apontar os seguintes casos: o Movimento Camponês de Corumbiara, criado em 1995, logo após o Massacre de Corumbiara, atuando especificamente em Rondônia e no Acre; o Movimento Esperança Viva, surgido em 1996, constitui a principal dissidência do MST no Pontal do Paranapanema, mas atua, pontualmente, no município do Mirante do Paranapanema; o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST), fundado em 1998 e ligado à Social Democracia Sindical, atua de uma maneira mais conciliadora em relação ao Estado também na Região do Pontal; a Liga Operária Camponesa (LOC), criada em 1999, é organizada por antigos militantes do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro) do estado de Minas Gerais, sendo também responsável pela criação do Movimento dos Trabalhadores mais pobres de Rondônia e, por fim, o caso do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), (BORELLI FILHO, 2014).

O surgimento de dissidências no interior dos movimentos sociais tem sido, em parte, em razão de divergências político-ideológicas as quais ocorrem entre as lideranças, como também dentro das próprias famílias de trabalhadores rurais assentados que compõem os movimentos de luta pela terra.

A partir dessas rupturas na estrutura social desses movimentos surgem novos grupos sociais que continuam a demandarem terras para fins de reforma agrária, mas a partir de modalidades de lutas diferenciadas para além das ações de ocupações que, por sua vez, correspondem a determinadas concepções de reforma agrária, alicerçadas em posicionamentos político-partidários próximos à social democracia e/ou orientados por lógicas “ético-protestantes” (LIMA, 2006; BORELLI FILHO, 2014).

Segundo Navarro (1997), o imaginário social tem associado os movimentos sociais camponeses quase que exclusivamente às ocupações de latifúndios improdutivos, muito em razão da atuação dos meios de comunicação de massa, que se focam essencialmente neste aspecto. Essa associação sensacionalista faz com que os movimentos sejam vistos como grupos criminosos por grande parcela da população, especialmente àqueles que têm como meio de informação a televisão aberta e que não dispõe de mecanismos de conhecimento do real funcionamento das lutas dos movimentos sociais.

Dada a devida importância às lutas e conquistas do MST, o objeto desse estudo é um outro movimento, o MLT, movimento que tem seu advento no estado da Bahia em 1994 na região cacauera em Itabuna. Sua concepção abarca três processos: primeiro o Movimento dos Desempregados do Sul da Bahia, que vem com a crise cacauera da época; dissidências

ocorridas no núcleo do MST na região; e influência do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Assim, concomitantemente, esses três aspectos foram fundamentais para o surgimento do MLT. Assim, as crises ocorrentes no Estado e os processos de expansão capitalistas que fomentam a concentração de terra em mãos latifundiárias fazem com que cresçam os movimentos de luta sem-terra.

Os camponeses, expulsos do campo e impedidos do acesso à terra, passaram a contestar a estrutura fundiária vigente. Organizados a partir das comunidades eclesiais de base das pastorais sociais, passaram a ocupar as grandes propriedades improdutivas. Dessa forma, nasceram as ocupações de terra pelos movimentos dos sem terra, que depois, em 1984/5, unificaram-se formando o MST. Portanto, a modernização da agricultura excludente em sua essência, gerou o seu oposto, a luta dos camponeses sem terra do Brasil pelo acesso à terra. As contradições aprofundadas no período do governo militar, geraram a base social para a luta pela reforma agrária (OLIVEIRA, 2007).

Nesse aspecto, se iniciam os processos de luta pela terra, que abordar-se-ão a seguir com a Reforma Agrária. Esses processos, como acima mencionado na abordagem teórica, são estritamente atrelados às pautas dos movimentos sociais, os quais – infelizmente – ainda são criminalizados pela sociedade vítima de uma cegueira fundamentada pelos veículos de comunicação em massa.

## **2.3 Reforma Agrária**

### *2.3.1 Da instituição da propriedade privada*

A luta pela terra não é um fenômeno do agora, remonta a fixação do homem na terra, com o “domínio” da natureza, com a percepção de que tinham capacidade de, que podiam manipular as plantas e criar os animais para consumo próprio. Em seguida, o homem percebe também que precisa proteger “seus” bens – aqui se tratando daqueles oriundos do cultivo da terra e do beneficiamento dos animais. Assim, para proteger de roubos e ataques de outros animais não domesticados, inicia-se o uso de cercas delimitando as áreas no entorno das residências, instituindo-se assim o início da propriedade privada.

Para compreender a instituição da propriedade privada no Brasil, é preciso adentrar nas fundamentações de desenvolvimento capitalista. Assim, Martins (1994) vem descrever que

Ao contrário do que ocorria com o modelo clássico da relação entre terra e capital,

em que a terra (e a renda territorial, isto é, o preço da terra) é reconhecida como entrave a circulação e reprodução do capital. No modelo brasileiro o empecilho à reprodução capitalista do capital na agricultura não foi removido por uma reforma agrária, mas pelos incentivos fiscais. O empresário pagava pela terra, mesmo quando terra sem documentação licita e, portanto produto de grilagem, isto é, de formas ilícitas de aquisição. Em compensação, recebia gratuitamente, sob a forma de incentivo fiscal, o capital de que necessitava para tornar a terra produtiva. O modelo brasileiro inverteu o modelo clássico. Nesse sentido, reforçou politicamente a irracionalidade da propriedade fundiária no desenvolvimento capitalista, reforçando conseqüentemente, o sistema oligárquico nela apoiado, comprometendo os grandes capitalistas com a propriedade fundiária e suas implicações políticas.

Logo, pode-se perceber que a distribuição de terra (propriedade privada) no Brasil não é em sua totalidade de modo lícito, tampouco equalitário, onde o povo do campo em suas diversas origens e identidades sofrem a opressão dos grandes latifúndios, como também sofre opressão da cidade ainda nos dias atuais. Essa opressão se dá pelo fato de que a posse da terra pelos “grandes” não compreende que o mesmo viva na terra, o que faz perceber que, muitos casos, o proprietário vive na cidade e detém uma grande parcela de terra no campo, parcela essa que, muitas vezes, é obtida por meio de grilagem<sup>1</sup>.

### *2.3.2 Embates políticos à Reforma Agrária*

Os meios de luta pela terra estão claramente explícitos ao longo da história do Brasil. Podemos observar de várias formas, como, por exemplo, as fugas dos negros da escravidão e posterior abolição da escravatura, onde os mesmos, em sua maioria, dirigiam-se aos quilombos; temos a luta dos indígenas, que desde a colonização sofreram as mais diversas violências ao lutar pela terra sua de direito; também valendo mencionar os imigrantes que foram para o Brasil trazidos para implantação de monocultivos, como o caso do café, e que também – em considerável menor escala – posteriormente careceram de lutar por direito à terra.

Assim, o país passou por diversas transformações políticas. Transformações que oprimiram o agricultor familiar de várias formas, especialmente por meio do regime militar ditatorial que assolou o país de 1964 a 1985. Logo nos primeiros meses após o golpe militar, os militares, em meio a um conjunto de medidas repressivas, efetuaram uma série de modificações na legislação sobre reforma agrária. Uma delas foi realizada com a Emenda

<sup>1</sup> Falsificação de documentos para, ilegalmente, tomar posse de terras devolutas ou de terceiros, bem como de prédios ou prédios indivisos.

Constitucional n. 10, de 10 de novembro de 1964, definindo o pagamento das indenizações em títulos especiais da dívida pública, com exceção para as benfeitorias, que continuariam sendo pagas em dinheiro. Estas e outras modificações vieram a compor o Estatuto da Terra, Lei n. 4.504 de 30 de novembro de 1964, e foram ratificadas pela Constituição de 1967 (NORDER, 2014). Porém, houve postergação por parte do Estado, o que proporcionou que os reais necessitados da reforma agrária não fossem beneficiados, mas, as medidas favoreceram os grandes latifundiários, pois havia a ideologia de crescimento da agricultura baseada em “avanços tecnológicos”, os quais eram fortemente influenciados e apoiados por financiamentos.

Nesse sentido,

A diversidade conceitual e política e a intensificação dos debates políticos sobre a reforma agrária se transformaram em uma das mais importantes pautas políticas no governo João Goulart, cuja deposição em 1964 tem sua interpretação associada aos conflitos agrários que vinham ocorrendo no país. Os governos militares mantiveram parte da legislação agrária vigente e instituíram um novo arranjo com base no Estatuto da Terra, mas sua aplicação ficou em grande medida restrita à colonização da região amazônica e à modernização conservadora da agricultura (NORDER, 2014).

Essas medidas impostas pelo governo militar causaram sérios impactos sociais e ambientais no tocante da criminalização dos movimentos sociais, proteção ambiental, especialmente nas áreas indígenas como também àquelas pertencentes aos quilombolas, impactos esses observados ainda na atualidade.

Com o fim da ditadura militar e abrindo-se novamente ao o regime democrático, reabre-se o espaço de reivindicação pela reforma agrária por sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais do campo, igreja etc. Os principais atores desse momento são o MST, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Partido dos Trabalhadores (PT), os quais tiveram uma atuação importante para pressionar o Estado perante as lutas do campo.

No primeiro governo democrático pós ditadura, José Sarney chega a elaborar um Plano Nacional de Reforma agrária (PNARA), porém as forças contrárias intervêm novamente e o plano não sai do papel. Essas forças contrárias são compreendidas pelos grupos políticos ligados aos grandes monocultivos e produtores pecuários, que desde sempre estiveram nas bancadas.

Martins (1997) discorre que esse impedimento foi resultado da política de fortalecimento da grande propriedade pela modernização da agricultura no período militar, que associou a terra ao grande capital, fazendo com que a terra passe a ser do interesse dos setores poderosos da economia e a reforma agrária um instrumento de ataque aos interesses

dos grandes. Esse quadro resultou em fortes desigualdades no campo, fazendo com que muitos camponeses, indígenas e quilombolas fossem subjugados de sua terra, isso especialmente pelo fato de que se consideram erroneamente improdutividade para aqueles camponeses que não possuem modernizações técnicas em suas propriedades, tais como assentamentos e acampamentos.

Nesse âmbito, ressalta-se a importância das pautas levantadas pelos movimentos sociais de luta no campo, como o MST anteriormente mencionado, assim:

O MST, com esta componente nova em sua organização, nasce como um movimento de massa, de contestação contra o não-cumprimento pelo Estado da lei da Reforma Agrária. Um dos caminhos para entendê-lo é a análise de suas palavras de ordem. Quando ocorreu a formação do MST, na década de 80, o lema era Terra para quem nela trabalha (1979-83). Quando começou a enfrentar resistência ao acesso à terra, um novo lema surgiu: Terra não se ganha, terra se conquista (1984). Ao se fortalecer e avançar, sobretudo durante o governo Sarney, percebendo que o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária não estava sendo implementado, os lemas passaram a ser: Sem Reforma Agrária não há democracia (1985) e Reforma Agrária já (1985-86). Com o aumento da violência, que não atingiu apenas os trabalhadores, mas lideranças, advogados, políticos, religiosos etc., o MST mudou suas palavras de ordem: Ocupação é a única solução (1986), Enquanto o latifúndio quer guerra, nós queremos terra (1986-1987) e, por ocasião da Constituinte, Reforma Agrária: na lei ou na marra (1988) e Ocupar, Resistir, Produzir (1989), depois que os assentamentos começaram a ser conquistados. Este processo mostra que politicamente o movimento não só se consolidava, não só se articulava em nível nacional, mas mudava também qualitativamente do ponto de vista político (OLIVEIRA, 2001).

No período do final dos anos 1960 a 1990, os impedimentos jurídicos e administrativos conseguem paralisar de forma política, jurídica e institucional os programas de reforma agrária com aparatos ambíguos e contraditórios devido a complementações e regulamentações da Lei agrária (BERGAMASCO; NORDER, 1999). E ainda as forças conservadoras que vetavam qualquer mudança relevante para o avanço na legislação (presente na constituinte 1988) que permitisse a expropriação por interesse social de terras improdutivas (SORJ, 1998).

Durante o Governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) destaca que uma das estratégias colocada em prática durante o seu mandato pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) foi a criação do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), a fim de alimentar pesquisas e ações voltadas para a chamada agricultura familiar mediante a realização de reuniões e seminários com intelectuais que estudam a questão agrária a fim de auxiliarem na elaboração de políticas e ações de governo, mas, especialmente, para formarem uma espécie de frente de ação intelectual de crítica aos

movimentos sociais camponeses e de seus intelectuais orgânicos. Porém, essas pesquisas tratavam de um projeto tendencioso com a finalidade de criar uma personagem da agricultura familiar e dos movimentos sociais que reivindicavam a reforma agrária.

Desse modo, o Governo FHC coloca em prática um processo de despolitização e criminalizando a luta camponesa no país, explorando espaços institucionais de caráter científico, político e ideológico. Nos projetos e ações de seu governo, a utilização do conceito agricultura familiar traz em si um conjunto de significados rumo à modernidade agrícola, apostando no fato de que o camponês estaria passando por um processo de metamorfose, transformado em um agricultor familiar moderno, inserido nas relações de mercado e não dependente somente da agricultura (FELICIANO, 2006), reforçando assim a compreensão de que o crescimento da agricultura brasileira é meramente pautado no desenvolvimento capitalista predatório<sup>2</sup>.

Com a reeleição à presidência da República, FHC desenvolve uma política completamente repressora à reforma agrária, por meio da criminalização dos movimentos sociais, como também mercantilização da terra por meio da criação do Banco da Terra, política de crédito agrícola para compra de terras com fins de implantação de assentamentos. FHC eliminou também a política de crédito especial para a reforma agrária e a política de assistência técnica, o que aumentou o empobrecimento de centenas de milhares de famílias assentadas, pois, a política favorecia em suma, os grandes latifundiários. A “reforma agrária de mercado” não deve ser assemelhada à reforma agrária, pois esta é uma política pública de desconcentração fundiária, mediante a desapropriação de terras improdutivas (FERNANDES, 2003). Essa política marginal de reforma agrária possui um reflexo até a atualidade, com a criminalização e má interpretação das pautas expostas pelos movimentos sociais de luta pela terra e mesmo quando se fala em reforma agrária, ainda não há correta compreensão da população acerca da mesma.

O estado de Alagoas é historicamente marcado pelo coronelismo e pelos constantes conflitos agrários. O estado possui como característica agrícola o monocultivo da cana-de-açúcar, cultura que vem perdendo espaço em algumas mesorregiões do estado, porém, suas terras encontram-se em processos de arrendamento para usinas sucroalcooleiras.

No ano de 2019, o site Gazeta de Alagoas veicula a notícia “TJ E GOVERNO



PROMETEM FAZER REFORMA AGRÁRIA<sup>3</sup>” onde demonstra que há do poder público um interesse em pôr além dos papéis os processos de reforma agrária no estado. Porém, ao analisar os dizeres da matéria, percebe-se que há um tom higienista na proposta, e não somente de exercer o real propósito da reforma. Assim, essa higienização está baseada na limpeza das margens das rodovias do estado, sendo esta uma ideia elitista de que os acampamentos e assentamentos rurais às margens das rodovias possuem um impacto estético.

A reforma agrária tem importância fundamental para a realização de um desenvolvimento pautado na equidade social, fortalecimento econômico para agricultura familiar e inclusão social das famílias, visto que proporciona uma dinamização do mercado aumentando a produção de alimentos e consumo dos bens produzidos na indústria (SILVA, 2019). Para Martins (1997), a reforma agrária seria uma ferramenta para a diminuição da miséria urbana, promotora de segurança para mudanças econômicas e tecnológicas, com efeito multiplicador de benefícios que possibilitaria mudanças efetivas como a modernização social e política.

## **2.4 Acampamentos e lutas**

As análises que se pautam sobre a relação rural-urbano (rurbanidade) se deparam com distintas interpretações, a respeito dessa problemática, no transcorrer da década de 1990, pois determinados temas recentes passam a exigir novas interpretações. As principais temáticas discutidas em relação às novas características do campo brasileiro relacionam-se a intensificação da pluriatividade, a elevação das atividades não agrícolas no meio rural, a crescente mecanização da agricultura, a expansão do agronegócio e o desaparecimento do campesinato, transformado pelos teóricos da agricultura familiar em empreendedor rural (GIRARDI, 2008; BEROLLI FILHO, 2014).

O povo do campo passou, ao longo da história, por muitos conflitos ideológicos e físicos, muitos desses pagos com sangue do povo. Além disso, sofreram com uma modernização dolorosa que se deu, especialmente, pela criminalização e mitificação de que o agricultor familiar só estaria inserido no mercado em função da adoção das "tecnologias", assim, muitos camponeses aderiram aos pacotes tecnológicos, deixando de lado seus modos

3 Notícia veiculada na edição de 18 de maio de 2019 disponível em:  
<https://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=334254>

convencionais de produção para uma tentativa de aceitação no mercado. Esse processo foi fortemente fomentado no governo FHC, onde o ex-presidente patrocinou pesquisas acadêmicas tendenciosas para que a população e os próprios camponeses acreditassem nessa ideologia de afastamento do mercado.

Em virtude das mudanças no cenário fundiário da Zona da Mata alagoana, os espaços outrora ocupados pelos campos canavieiros passaram a ser ocupados pelos acampamentos rurais, sendo o espaço de aglutinação constituído por uma população “sem-terra”, que são geralmente ex-trabalhadores das usinas sucroalcooleiras que são agora desempregados, que se organizam em áreas mais negociáveis como locais próximos a assentamentos ou ainda beiras de estradas (DA SILVEIRA; SCHNEIDER; 1991). Porém dentro esse processo de espera, o acampamento é o momento mais delicado, onde os acampados estão sujeitos a inúmeras dificuldades, sejam elas, falta de saneamento básico, moradia improvisada, risco de violência por parte da polícia e jagunços, e por fim, muitas vezes a fome (CALDART, 2004; TURATTI, 2005).

O acampamento ou pré-assentamento trata-se de um movimento de pequenos produtores rurais e sem-terra que reivindicam a reforma agrária, com a construção de barracas próxima as propriedades consideradas improdutivas. Nesse momento, as pessoas vão se instalando por um tempo indeterminado, resistindo às intempéries impostas pela condição de sobrevivência, na espera da consolidação dos assentamentos (SOUSA, 2009). Assim, o momento do acampamento é compreendido como de maiores lutas, especialmente em se tratando de firmar uma identidade.

Uma vez estabelecido o acampamento, os acampados iniciam o processo de cultivo do solo, para que assim consigam subsistir produzindo o próprio alimento, e para mostrar que têm capacidade de tornar a área novamente agricultável, para tal fazem uso da agroecologia como ferramenta não somente como uma prática agrícola menos agressiva ao meio ambiente, mas emoldurada por um intenso questionamento político em relação às políticas agrícolas que estavam sendo adotadas pelo Estado brasileiro, que, por sua vez, fomentavam uma agricultura de larga escala, fortemente mecanizada, voltada para a exportação e dependente de complexos agroindustriais oligopolizados (COSTA NETO; CANAVESI, 2003; KARRIEM, 2009).

Nesse viés, é correto compreender o acampamento como território. Bonnemaison (2000) afirma que o território possui significado biológico, econômico, social e político, mas na sua expressão mais humana trata-o como o lugar de mediação entre os homens e sua

cultura. Logo, compreende-se que o território é o lugar onde o ator social irá enraizar sua identidade, firmando-se no *locus* e estabelecendo uma relação homem-natureza. Essa relação irá intermediar os processos produtivos e identitários para a formação do posterior assentamento.

O território é, de início, um espaço cultural de identificação ou de pertencimento e a sua apropriação só acontece em um segundo momento. O território é, assim como um espaço político, um jogo político, um lugar de poder. Definir seus limites, recortá-lo, é sinônimo de dominação, de controle. O domínio entre pessoas e nações passa pelo exercício do controle do solo (MEDEIROS, 2008).

Logo, o acampamento como território é fundamentado na necessidade social das ocupações. Numa tentativa de organizar a luta, a estratégia básica dos sem-terra foi a da ocupação de terras improdutivas, públicas e particulares (MORAIS, 2017), assim, a reforma agrária somente iria avançar se houvesse ocupação, luta de massas. Sabe-se que, mesmo com o governo civil, não se pode ficar meramente à espera das autoridades; a ocupação é necessária (STEDILE; FERNANDES 2005).

### 3. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa científica tem como uma de suas finalidades a acumulação e compreensão de determinados fatos que contribuem por fim, para o desenvolvimento social. Selltiz et al. (1975) discorrem que a pesquisa científica procura descobrir respostas para certas questões por meio da aplicação de métodos científicos.

Compreende-se enquanto método científico o conjunto de etapas sistematizadas de forma racional, onde estas permitem alcançar conhecimentos válidos e verdadeiros, o que segundo Thiollent (1998) e Lakattos e Macorni (2003), permite orientar o caminho a ser seguido pelo pesquisador, de modo a detectar erros, auxiliar nas tomadas de decisões, selecionar conceitos, técnicas e dados adequados, proporcionando correta interpretação e apresentação adequada dos fins encontrados.

Para a execução e desenvolvimento da pesquisa é importante a determinação da abordagem teórico-metodológica a ser utilizada. As abordagens qualitativas e quantitativas de pesquisa utilizam diferentes métodos, formas e objetivos. Desse modo, a pesquisa qualitativa, compreende um conjunto de técnicas interpretativas que buscam descrever e decodificar determinados signos, o que segundo Maanen (1979) possibilita expressar os sentidos do mundo social e diminuir distâncias entre os atores (pesquisador e pesquisado), entre a teoria e os dados, contexto e ação. Enquanto a pesquisa qualitativa, contribui para a melhor compreensão dos fenômenos utilizando métodos racionais e intuitivos. Pope e Mays (1995) afirmam que apesar de haver distinções entre os enfoques qualitativos e quantitativos, não é correto afirmar que tenham caráter de oposição um em relação ao outro, mas, pelo contrário, ambos se complementam para aproximação do pesquisador com o seu objeto de pesquisa.

Com a finalidade de trazer o caráter de complementariedade entre as abordagens de pesquisa, neste estudo foram utilizados os enfoques qualitativo e quantitativo. A pesquisa foi realizada nos Acampamentos Sapucaia e Caípe, ambos localizados às margens da BR 104, no município de União dos Palmares. A coleta de dados se deu a partir de duas etapas.

Na primeira etapa realizaram-se visitas aos acampamentos com a finalidade de obter contato com os acampados com o intuito de compreender o processo de formação do acampamento bem como suas principais características e atores sociais envolvidos desde sua fundação.

A segunda etapa se deu a partir de entrevistas aos núcleos familiares, que constituiu

na aplicação de questionários estruturados, que segundo Rover (2012) são compreendidas aqui, portanto, como procedimentos metodológicos que podem produzir ótimos resultados na realização da pesquisa social, mesmo que consideradas as diferentes restrições de cada caso.

Assim, os questionários (Apêndice I) foram subsídio para a coleta de informações referentes aos lotes, composição familiar, aspectos produtivos de cada residência, destino da produção e problemas enfrentados pelas unidades familiares para manter sua produção e suas condições de vida, tanto do ponto de vida pessoal quanto de infraestrutura. Então, os dados obtidos foram tabulados e agrupados (GIL, 1999) em planilhas no Microsoft Excel. Os dados quantitativos foram expressos em porcentagem sobre a amostra total e os dados qualitativos, como o caso de respostas não direcionadas, foram interpretados e discutidos com base em documentação e apoio teórico.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 Descrição dos acampamentos**

Os acampamentos estão localizados nas fazendas Sapucaia e Caípe, às margens da BR-104 no município alagoano de União dos Palmares, situado na Zona da Mata do estado. As propriedades, que juntas totalizam 2 mil hectares, pertenciam à Usina Laginha, tradicional produtora de álcool e açúcar a partir do monocultivo da cana-de-açúcar que ocupava previamente a atual propriedade, que era responsável por empregar grande parte dos trabalhadores rurais da região, incluindo alguns dos acampados.

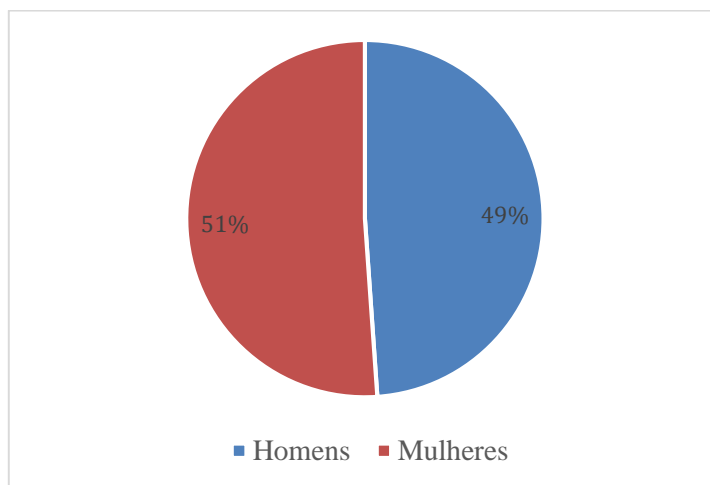
A ocupação das terras iniciou-se em agosto do ano de 2014, pois as mesmas já se encontravam improdutivas desde junho de 2010, após o processo de falência da usina anteriormente citada. O processo de ocupação se deu durante a noite e contou com a participação de cerca de 80 trabalhadores rurais, organizados juntos ao Movimento de Luta pela Terra (MLT), que é um movimento político-social, vinculado a luta por moradia e reforma agrária, que teve sua fundação no ano 1994, no estado da Bahia, e que se expandiu para todos os estados do nordeste e para Minas Gerais.

Atualmente, os acampamentos contam com 56 famílias registradas, que são majoritariamente agricultores, mas também é possível encontrar pessoas que adotam outras profissões, como mototaxista, como forma de acréscimo de renda. Os acampados produzem, em sua maioria, culturas como milho, macaxeira, feijão, batata doce, inhame e maracujá, para subsistência e comercialização. O objetivo dentre os acampados é uma produção de base agroecológica, porém alguns poucos acabam optando pelo uso de agrotóxicos, em razão, também, da ausência de assistência técnica.

### **4.2 Da composição e estrutura familiar**

A partir dos dados analisados obtêm-se à compreensão de que das 14 famílias entrevistadas, totalizando 45 residentes configuram em números aproximados, sendo 22 homens e 23 mulheres, como exposto na Figura 1.

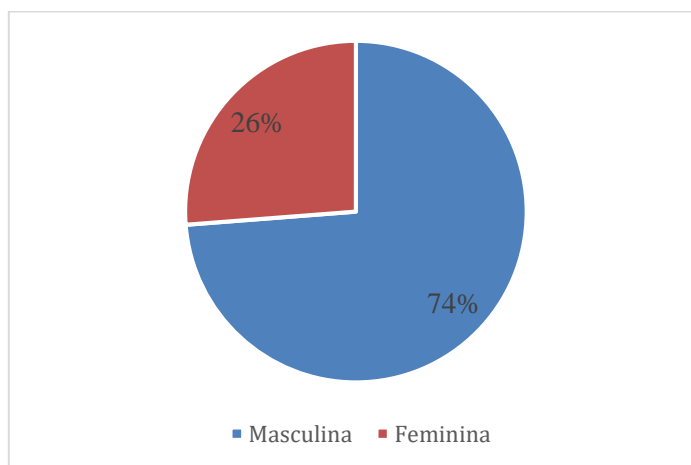
Figura 1 – Divisão dos acampados em função de gênero



Fonte: Autor (2020).

Entretanto a liderança familiar é majoritariamente exercida por homens, tendo nove famílias lideradas por esses, enquanto apenas cinco são lideradas por mulheres (Figura 2).

Figura 2 – Liderança familiar.

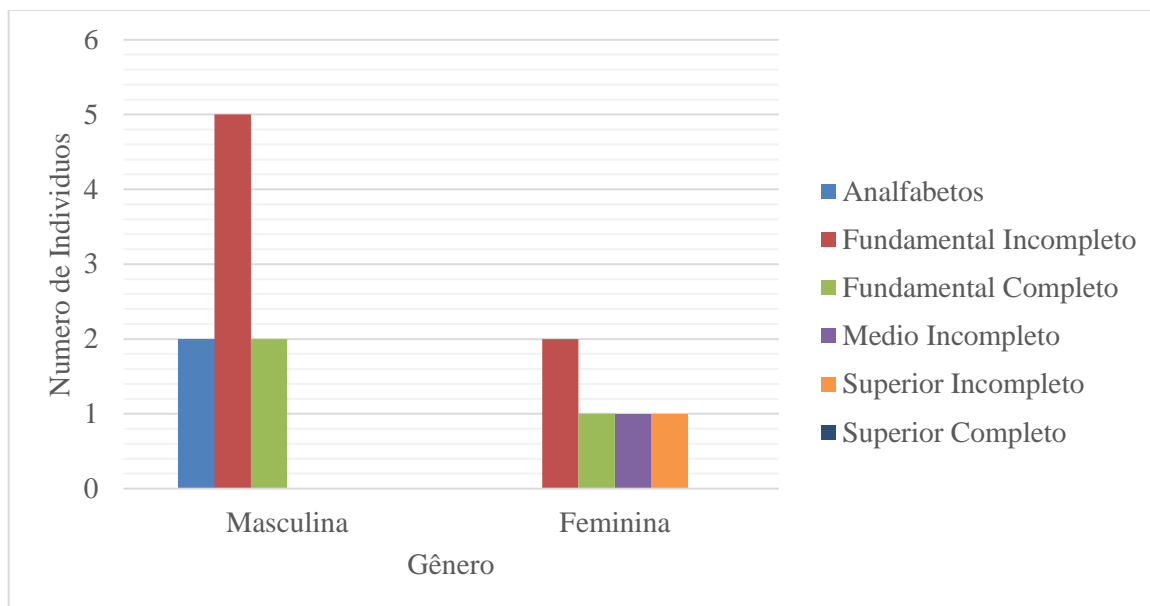


Fonte: Autor (2020).

Dentre as lideranças femininas, foi possível observar que estas possuíam um nível de escolaridade superior quando comparadas aos homens, além disso, outro aspecto notável é a diferença etária dentre as lideranças, dentre as lideranças femininas a faixa etária está entre 25 a 61 anos, enquanto nas masculinas está entre 38 a 66 anos (Figura 3). Isso denota que as mulheres têm demonstrado maior interesse participativo de liderança, dados os espaços abertos na atualidade em relação às conquistas das últimas décadas em relação aos direitos

e por ter mais voz ativa.

Figura 3 – Escolaridade da Liderança familiar.



Fonte: Autor (2020).

Por outro lado, ainda se observa que há a predominância do patriarcado no meio rural, como também observado por Gama e Santos (2018), sendo este ainda muito forte, constituindo um caso especial de poder, caracterizado pela possibilidade de impor ao comportamento de terceiros a vontade própria (WEBER, 1991), nesse caso, o outro se compreende pela imagem do feminino, atribuindo-lhe um aspecto de subserviência. Isso se dá pelo fato de que o patriarcado está atrelado à formação da sociedade brasileira, desde sua colonização europeia.

Villworck, Germani e Roncato (2016) afirmam que as mulheres estão presentes em diversas atividades de desenvolvimento ligadas aos costumes, tradições e valores. Nessa fala das autoras, emerge uma série de debates sobre as desigualdades sociais presentes neste processo participativo das mulheres, mediante a imposição de uma sociedade que define um lugar para o homem e outro para a mulher. A visibilidade feminina está relacionada ao capital político, especialmente pela participação da mulher em todos os setores econômicos, onde, a participação desta leva voz para lhes representar. Nesse caso, compreende-se que a mulher ainda não possui voz ativa nas lideranças, embora seja parcela maior dos acampamentos estudados.

O MST reconhece a dificuldade de abordar o tema gênero, pois se trata de

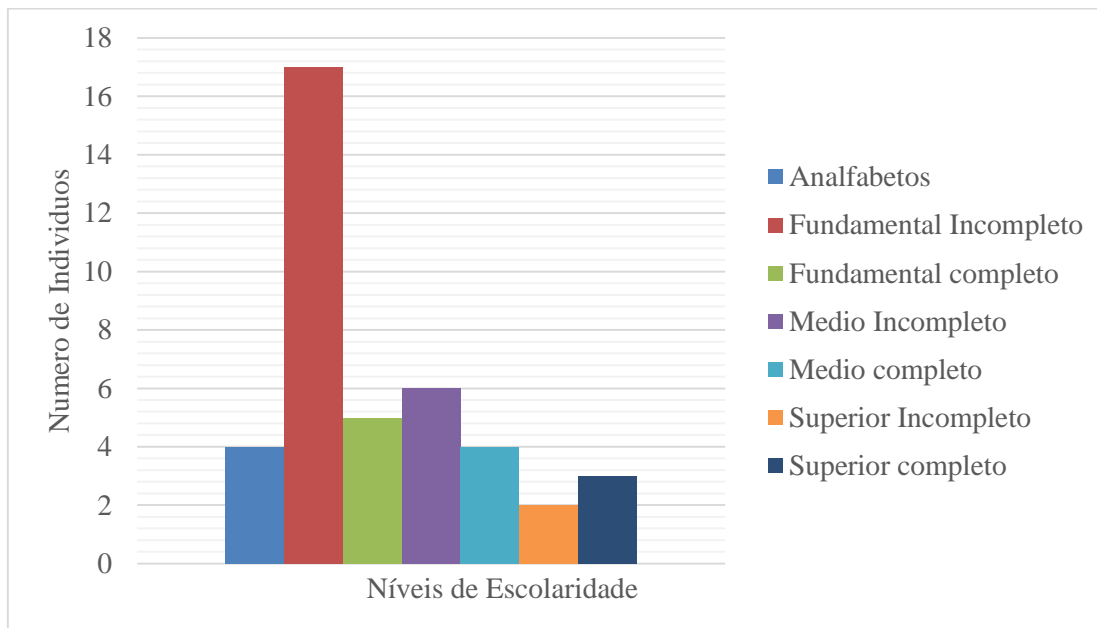


concepções e valores presentes nas relações sociais cotidianas e que são considerados naturais na e pela sociedade (PESSÔA; DAL RI, 2017) também há a dificuldade de relacionar o conceito com a realidade, pois se trata de uma abordagem nova para o velho problema da desigualdade entre homens e mulheres o que, infelizmente, ainda carece ser mais abertamente tratado nesses ambientes rurais.

A estrutura patriarcal de dominação, se refere ao estabelecimento de vínculos pessoais entre o senhor, os demais membros da família e os servos, e tem como fundamento a autoridade do chefe da família ou comunidade doméstica. Essa autoridade se baseia na tradição, ou seja, “na crença da inviolabilidade daquilo que foi assim desde sempre e no arbítrio pessoal do senhor, sempre limitado pelas normas “sagradas pela tradição” (WEBER, 1991; REZENDE, 2015). Ou seja, a cultura brasileira atribui à figura masculina um aspecto de liderança, onde é ensinado nas famílias que o homem sempre será o chefe e que este sempre deverá ser respeitado acima de todos os outros membros independente de quaisquer outros fatores.

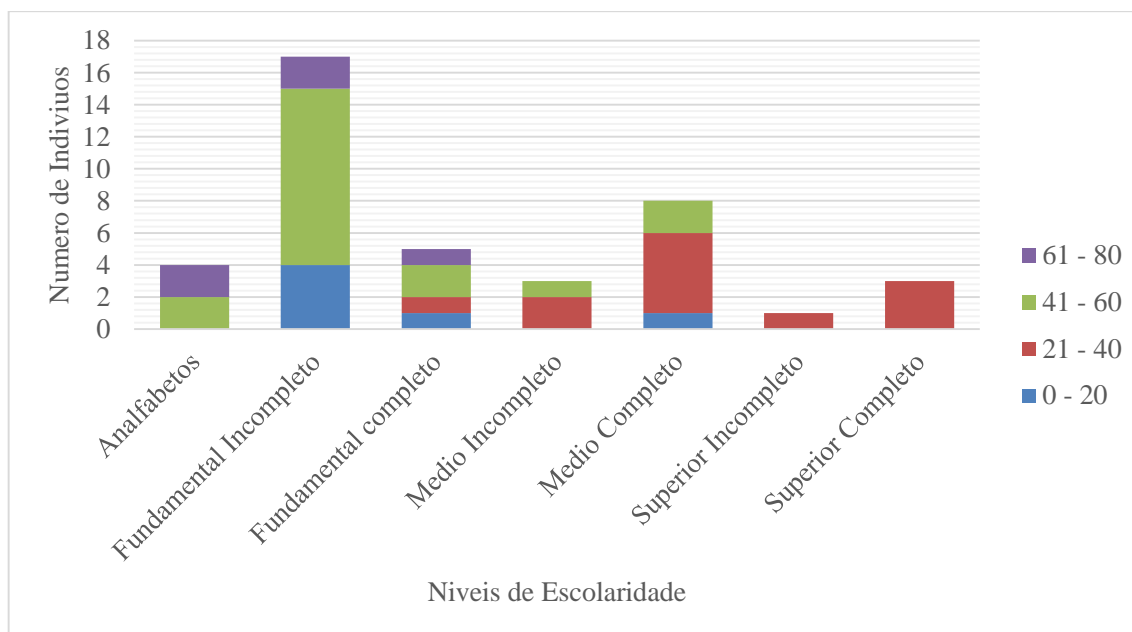
Nesse aspecto, analisa-se a estrutura educacional dessas famílias de acampados quanto ao nível de escolaridade de seus componentes, onde observa-se a predominância da baixa escolaridade especialmente para os componentes do gênero masculino, cuja maioria possui ensino fundamental incompleto (Figura 3), mesmo sendo reconhecido como líder familiar. Em relação à escolaridade em função de gênero, nota-se que as mulheres são as que possuem maiores níveis de escolaridade, ressaltando que nenhuma das entrevistadas é analfabeta. Quando se avalia o panorama geral da escolaridade, nota-se que há um alto índice de analfabetismo (Figuras 4 e 5), e que o mesmo está concentrado nos acampados de idades mais avançadas.

Figura 4 – Escolaridade dos acampados.



Fonte: Autor (2020).

Figura 5 – Escolaridade dos acampados por faixa etária.



Fonte: Autor (2020).

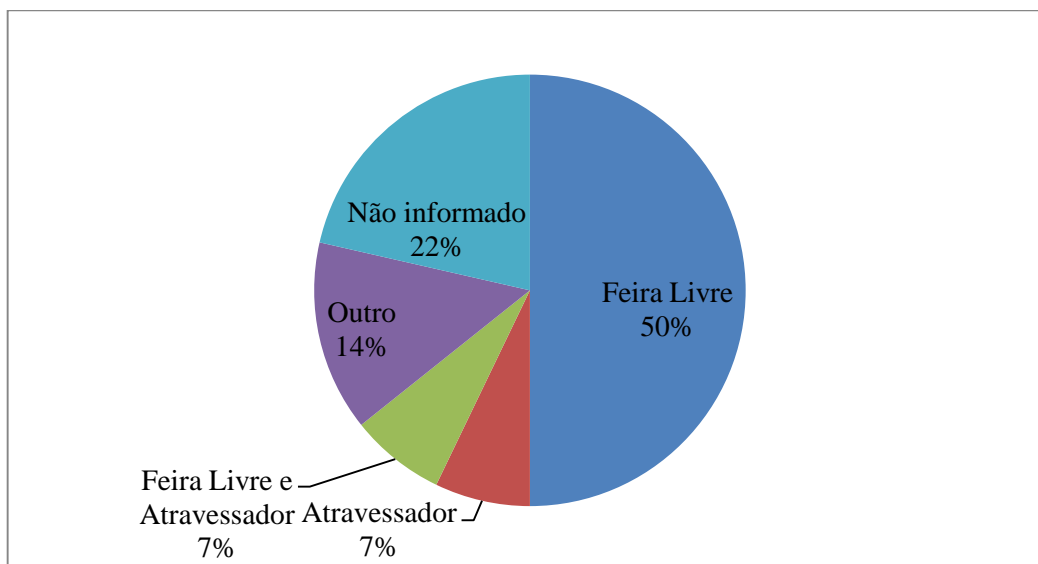
Esta situação de analfabetismo é considerada comum, como apontam os dados do IBGE (2011) para a população rural do Nordeste brasileiro, onde cerca de 30% da população é não alfabetizada. Nesse aspecto, estudo similar realizado por Carvalho et al. (2019) afirma

que a escolaridade dos membros de um acampamento rural está relacionada às condições sociais enfrentadas pelos mesmos, onde o alto índice de analfabetismo é resultante do abandono da escola por estes para buscar melhores condições de vida, o que faz compreender os maiores índices de analfabetismo entre os mais idosos, uma vez que estes passaram por períodos onde a educação era de menor acesso àqueles menos abastados financeiramente e que encontravam no campo o seu sustento. Isso se dá pelo fato de que boa parte de acampados e assentados são aqueles ex-funcionários de antigas usinas sucroalcooleiras e grandes latifundiários (DA SILVEIRA; SCHNEIDER, 1991).

### 4.3 Direcionamento da produção agropecuária

Com base na análise dos dados obtidos na pesquisa constatou-se que maior finalidade da produção dos acampamentos é destinada à subsistência e comercialização e o menor quantitativo destinado somente à comercialização. Quanto aos métodos de comercialização, 21,3% dos entrevistados preferiram não informar.

Figura 6 – Métodos de comercialização da produção agrícola.



Fonte: Autor (2020).

Como observado, maior parte da produção é destinada à comercialização em feiras livres, especialmente no próprio município onde estão localizados os acampamentos. Assim, as feiras desempenham um papel muito importante na consolidação econômica e social especialmente da agricultura familiar, sendo capaz de provocar mudanças e reconversão no

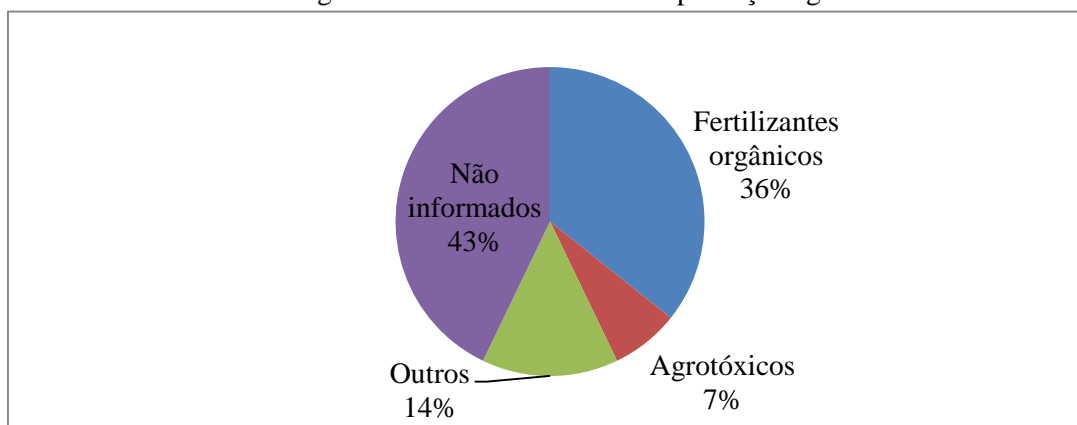
setor de pequenos e médios agricultores (RICOTTO, 2002). Nesse aspecto, dá-se atenção à importância da ligação entre os dois ambientes sociais havendo uma troca mútua entre os dois lados, o que faz com que seja construída uma rede.

Essa rede tem sua teia expandida por meio dos atravessadores. Esses atores estão constantemente presentes nas feiras e são citados em trabalhos, como demonstrado por Gomes, Matias e Paulino (2015). Porém, a participação destes não é concebida como benéfica para os produtores, pois sua interferência ocasiona em oneração dos produtos para o produtor final e menor rentabilidade para os produtores, uma vez que não são pagos valores justos pela produção vendida.

Nesse aspecto, é importante enfatizar a necessidade da reforma agrária, pois se torna uma necessidade social. A produção agrícola dos acampamentos e assentamentos é destinada, em boa parte, à comercialização local e seus produtos são apreciados pelas populações, porém, carece de apoio de órgãos e políticas públicas para fomentar esses produtos, pois os mesmos geram movimentação de capital sem que se perda a identidade.

Isso se dá também pela constante e crescente preocupação por parte dos acampados em se instalar a produção orgânica ou agroecológica. Botton Piccin (2009) afirma que o conhecimento da agroecologia, por exemplo, é uma forma pela qual os acampados possam atribuir maior valor aos seus produtos, assim torna-os mais atrativos ao consumidor e valoriza sua produção. Esses valores de agroecologia são reforçados quando os acampados explicitam o uso de fertilizantes orgânicos (Figura 7) em contraposição à utilização de agrotóxicos.

Figura 7– Insumos utilizados na produção agrícola.



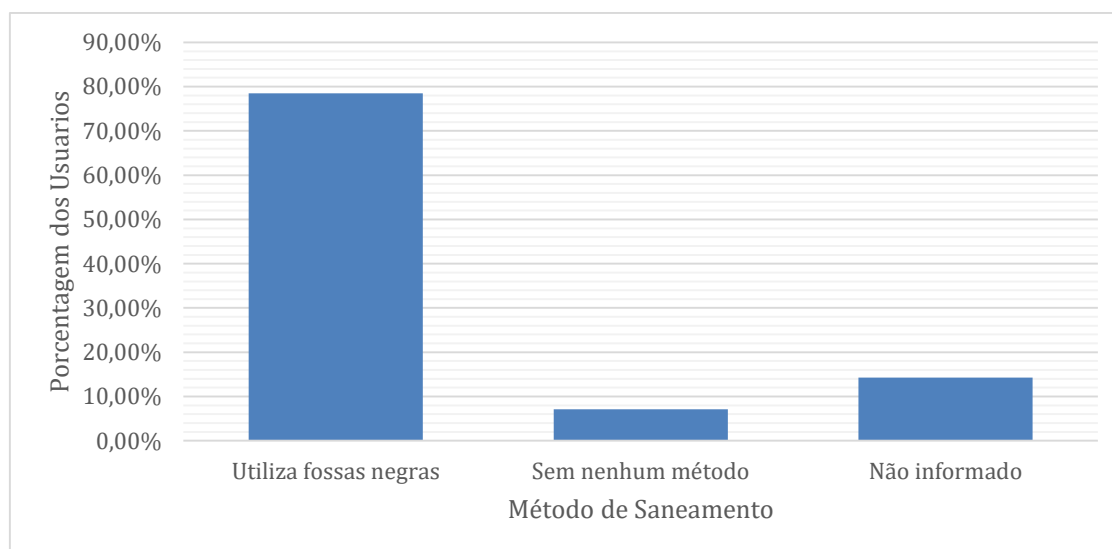
Fonte: Autor (2020).

Importante frisar aqui a necessidade da compreensão dos agrotóxicos. Esses, ao longo do tempo, passaram por receber outras nomenclaturas para diminuir a percepção de impactos. Isso é refletido na população do campo, quando Almeida et al. (2018) descrevem que agricultores ainda não possuem a correta distinção de o que sejam alguns agrotóxicos e de que estes sejam efetivamente tóxicos. Assim, os autores afirmam que alguns agricultores só compreendem que uma molécula/formulação seja tóxica - um agrotóxico - quando aplicado diretamente na planta de interesse comercial.

#### 4.4 Saneamento básico e infraestrutura

Uma problemática notada a partir dos dados coletados é relativa ao saneamento básico, posto que nenhuma das residências possui esgotamento sanitário, e o principal método de saneamento é por meio de fossas rudimentares, que consistem em buracos onde os dejetos são recebidos sem qualquer tipo de tratamento, estando presentes em 78,5% das casas, enquanto em 7,14% não tem banheiro e 14,28% não informou, como exposto na figura 6, assim como mostra dados do IBGE (2010) que apontam que na zona rural da região Nordeste a população faz majoritariamente uso desse método, essa situação leva a outro problema quando se observa que a fonte de água utilizada pelos acampados é advinda na maioria de nascentes e poços oriundos dos lençóis freáticos que correm o risco de serem contaminados pelas fossas negras, sendo esse um caso alarmante em relação à saúde pública.

Figura 8 – Métodos de saneamento aplicados nos acampamentos.



Fonte: Autor (2020).

Esses dados contribuem para o que diz o IBGE, onde, em 2010, cerca de 1.915.292 domicílios do País ainda não dispunha de abastecimento de água e saneamento adequado. Cerca de 1.514.992 domicílios não tinham banheiros nem sanitários e 7.218.079 lançavam seus resíduos sólidos diretamente no ambiente de forma inadequada. Essa observação é importante, uma vez que o saneamento básico é um direito constitucionalmente assegurado para a população brasileiro, embora perceba-se que este encontra-se apenas em tese.

Em todo o País cerca de 73% do déficit concentrava-se na área rural, onde, aproximadamente, 8,8 milhões de brasileiros não possuíam acesso adequado ao abastecimento de água, enquanto 3,3 milhões de habitantes da área urbana encontravam-se na mesma situação (MORAES, 2017) sendo esses dados alarmantes ao se considerar a extensão geográfica ocupada pela população brasileira do campo.

Abonizio (2017) cita como uma alternativa individual capaz de eliminar o risco de contaminação do solo e da água com o esgoto doméstico, a utilização de fossa séptica. No entanto, deve-se levar em conta o custo de sua implantação, se compatível com a realidade econômica dos assentados (HOLGADO-SILVA; PADUA; CAMILO, 2014). Nesse aspecto, a ausência de saneamento mínimo nas propriedades (parcelas de terra) podem ser um reflexo da realidade econômica dos assentados.

Ademais, também se observa que 28% das residências ainda não possuem acesso à energia elétrica. Esse fator é fundamental na atualidade. Mesmo vivendo no século XXI percebe-se a ausência de infraestrutura adequada em localidades rurais, o que causa prejuízos diretos e indiretos, que vão desde acesso à informação, como também na educação de crianças, jovens e adultos.

#### **4.5 Assistência e histórico de lutas**

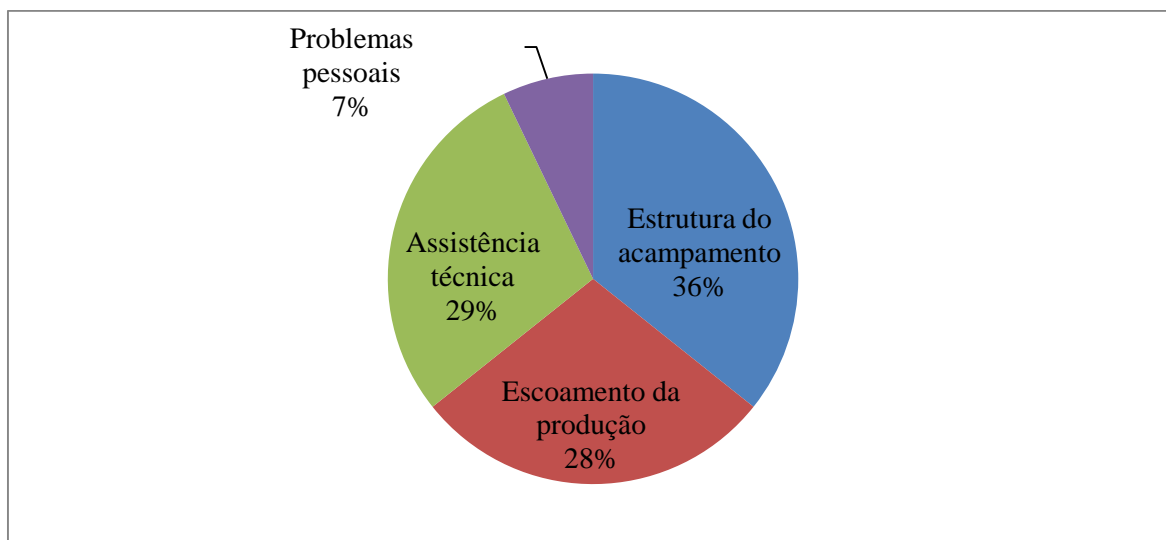
Das famílias entrevistadas, observa-se que apenas 28,57% das famílias é beneficiária de algum programa de assistência social, o que, em tese, vai de encontro ao que se concebe hegemonicamente num acampamento liderado por um movimento social de luta pela terra.

De modo geral, os acampados estão ligados aos programas de assistência do Governo Federal. Nesse âmbito, Costa e Fernandes (2012) relatam que, no estado de Alagoas, é comum a participação dos assentados em programas como o Bolsa Família, além de que, em assentamentos e acampamentos torna-se comum a complementação de renda por meio de

aposentadorias e buscam também fora do campo outras fontes de renda, o que pode ocasionar em subordinação às condições precárias de trabalho.

Neste tocante, apresenta-se aqui algumas das dificuldades encontradas pelos acampados nos referidos acampamentos (Figura 9).

Figura 9– Dificuldades encontradas pelos acampados.



Fonte: Autor (2020).

Dentre as dificuldades acima mencionadas, é importante analisar cada uma delas. A assistência técnica é um fator que pode ser determinante da instituição de um assentamento à posteriori, pois, proporciona aos acampados maior ensejo de desenvolver a sua produção agrícola, pois possui um acompanhamento técnico que propiciará melhores condições de cultivo e também de venda, onde os entrevistados expressaram que há dificuldade em escoar a produção, o que pode estar relacionado à falta de transporte e espaços fixos para as vendas, como o caso de feiras da reforma agrária, o que não tem ocorrência no município.

Quanto à estrutura do acampamento, ressalta-se aquilo já mencionado anteriormente. A fixação do acampado é uma violência social, onde os mesmos passam por várias adversidades até o momento em que sejam contemplados com a reforma agrária. Assim, manter-se acampado é uma luta diária, resistência constante na luta pelo direito à terra.

Já os problemas pessoais são peculiaridades de cada um dos assentados, que vão desde os problemas de saúde, que são agravados pela estrutura e saneamento, aos problemas pessoais advindos das inter-relações familiares e interpessoais entre os próprios acampados.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que o trabalhador rural sem-terra enfrenta inúmeras dificuldades no processo de acesso à terra, dificuldades estas que permeiam desde o acesso as estradas, que prejudicam o escoamento da produção, passando pela infraestrutura precária de seus abrigos, perpassando até a ausência de recursos essenciais como luz elétrica e água potável. Além disso, os acampados convivem constantemente com o medo e a insegurança causada pela iminência de despejos, ataques de jagunços ou de forças policiais.

Ao observar mais profundamente a realidade dessas pessoas, é notório que são indivíduos que, embora marginalizados da sociedade, ainda conseguem refletir aspectos comuns da mesma, como a marcante presença do patriarcado, mesmo que a população dos acampamentos apresente paridade entre os sexos, e ainda que as mulheres sejam também mais instruídas que os homens, mesmo que dentre os mais velhos, persista a baixa escolaridade.

Entretanto mesmo frente a todas essas dificuldades os acampados persistem e produzem alimentos garantindo a subsistência dos mesmos além de abastecer os mercados locais, a realidade de Sapucaia e de Caípe é uma amostra da luta dos acampados a espera da reforma agrária no estado de Alagoas.



## REFERÊNCIAS

ABONIZIO, R. M. **SANEAMENTO BÁSICO NO MEIORURAL**: um estudo em assentamento rural no interior do Paraná. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Ambiental). Universidade Tecnológica do Paraná, Campo Mourão, PR, 2017.

ALMEIDA, J. P. **Uma rede de produção e comercialização alternativa para a agricultura familiar: o caso das feiras livres de Misiones, Argentina**. 152 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

ALMEIDA, L. C.; SILVA, J. M.; NASCIMENTO, S. P. G.; ARAUJO, R. G. V.; SILVA, C. S.; LIMA, J. R. B.; CRISTO, C. C. N.; SANTOS, T. M. C.; COSTA, J. H. Q. Perfil social e percepção de feirantes sobre agricultura de base orgânica e agroecológica. **Ciência Agrícola (UFAL)**, v. 16, número suplementar, p. 71-74, 2018.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. O Que são Assentamentos Rurais. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BORELLI FILHO, D. **A MONOPOLIZAÇÃO TERRITORIAL E A (RE) CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO CAMPONÊS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA**. 454f. Tese (Doutorado em Geociências) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Silva”, Rio Claro, SP, 2014.

BOTTON PICCIN, M. Acampamento, Agroecologia e Assentamento Rural. **Cadernos de Agroecologia**, v. 4, n. 1, [s.p.] 2009.

Brasil – Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)>. Acesso em: fevereiro de 2020.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CARVALHO, A. C. A.; SILVA, J. M.; SANTOS, T. M. C.; LIMA, C. D.; COSTA, J. H. Q. Perfil social e caracterização da produção agrícola no acampamento Lajeiro, em Messias, Alagoas. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 10, p. 20387-20395, 2019.

COSTA NETO, C.; CANAVESI, F. **Sustentabilidade em assentamentos rurais: o MST rumo à "reforma agrária agroecológica" no Brasil?** In: ALIMONDA, H. Ecología política: naturaleza, sociedad y utopía. Buenos Aires: Clacso, 2003.

COSTA, A. C. A. S.; SILVA, J. M.; SANTOS, T. M. C.; LIMA, C. M. D.; COSTA, J. H. Q. Perfil social e caracterização da produção agrícola no acampamento Lajeiro, em Messias, Alagoas. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 10, p. 20387-20395, 2019.

COSTA, J. H. Q.; FERNANDES, L. A. O. **Assentamentos Rurais vinculados ao INCRA, em Alagoas, em 2012**. UFPEL, PELOTAS - RS – Brasil.

DA SILVEIRA, F. G.; SCHNEIDER, I. Com ocupações e acampamentos fazem-se assentamentos, mas não reforma agrária. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 19, n. 2, p. 150-166, 1991.

Departamento de Engenharia de Saúde Pública da Funasa (com dados do Censo Demográfico - IBGE, 2010). Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/panorama-do-saneamento-rural-no-brasil>. Acesso em 26 de novembro de 2019.

FELICIANO, C. A. **Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, B. M. O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. **OSAL**, ano 4, n. 11, p. 31-40, 2003.

GAMA, L. T. S. A.; SANTOS, C. J. S. O modo de vida e a cultura campesina no povoado Serrote Grande, Craíbas/AL. **Revista Craibeiras de Agroecologia**, v. 3, n. 1, p. e6724, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed., São Paulo: Atlas, 1999.

GIRARDI, E. P. **Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente: UNESP, 2008.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.

GOHN, M. G. A. Abordagem marxista nos estudos sobre os movimentos sociais. In: I COLÓQUIO MARX ENGELS, Campinas: Cemarx, Anais, pp. 1-10, 1999.

GOMES, A. G.; MATIAS, T. L.; PAULINO, J. S. Articulações interinstitucionais na realização de feiras agroecológicas na Microrregião de Campina Grande-PB. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 1, p. 103-126, 2015.

HOLGADO-SILVA, H. C.; PADUA, J.B.; CAMILO, L.R.; DORNELES, T.M. A qualidade do saneamento ambiental no assentamento rural Amparo no município de Dourados-MS. **Sociedade & Natureza**, v. 26, n. 3, p.535-545, 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2006. Agricultura familiar ocupava 84,4% dos estabelecimentos agropecuários. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13721-asi-agricultura-familiar-ocupava-844-dos-estabelecimentos-agropecuarios>>. Acesso em fevereiro de 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2010; Resultados do universo do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2010/Resultados\\_do\\_Universo/tabelas\\_pdf/tab6.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_do_Universo/tabelas_pdf/tab6.pdf)>. Acesso em: fevereiro de 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2016. **Censo 2016**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: janeiro de 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2017. Resultados definitivos Censo agropecuário de 2017. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censoagro/agricultura.html>>. Acesso em: fevereiro de 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. PNAD, 2011. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em 26 de janeiro de 2020.

KARRIEM, A. The rise and transformation of the Brazilian landless movement into a counter-hegemonic political actor: a Gramscian analysis. **Geoforum**, v. 40, p. 316-325, 2009.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, E. C. **Os Movimentos Sociais de Luta pela Terra e pela Reforma Agrária no Pontal do Paranapanema (SP): Dissidências e Dinâmica Territorial**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Presidente Prudente, 2006.

MAANEN, J. V. **Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface**. In *Administrative Science Quarterly*, vol. 24, n. 4, December 1979, pp. 520-526.

MARTINS, J. S. **A questão agrária brasileira e o papel do MST**. In: STÉDILE, J. P. (Org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARTINS, J. S. O. **Poder do Atraso**, São Paulo: Hucitec, 1994.

MEDEIROS, R. M. V. **Território, espaço e identidade**. In: *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (organizadores) São Paulo: Expressão Popular 2008. pp. 217-227.

MORAIS, H. A. **ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA E PELA REFORMA AGRÁRIA EM PERNAMBUCO: UM QUADRO ATUAL A PARTIR DO MST**. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife*, v. 6, n. 1, p. 5-34, 2017.

NAVARRO, Z. **Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária**. *São Paulo em Perspectiva*, v. 11/12, pp. 86-93, 1997.

NORDER, L. A. C. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964)**. *Revista NERA*, ano 17, n. 24, p. 133-145, 2014.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia e os movimentos sociais**. São Paulo: USP, 2007.

PESSÔA, J. R.; DAL RI, N. M. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a formação para a igualdade de gênero**. *Revista Brasileira de Educação no Campo*, v. 2, n. 2, p. 581-606, 2017.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 63-84, 2014.

POPE, C.; MAYS, N. Reaching the parts other methods cannot reach: na introduction to qualitative methods in health and health servisse research. **British Medical Journal**, n. 311, p. 42-45, 1995.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A Nova Questão e a Reinvenção do Campesinato: o caso do MST. **GEOgrafias**, v.1, n.1, p. 07-25, 2005.

REZENDE, D. L. Patriarcado e formação do Brasil: uma leitura feminista de Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda. **Pensamento Plural**, v. 17, p.7-27, 2015.

RICOTTO, A. J. **Uma rede de produção e comercialização alternativa para a agricultura familiar: O caso das feiras livres de Misiones, Argentina**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. 152p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

ROVER, J. O. O método científico em ciências sociais: dos documentos, questionários e entrevistas à análise de enunciados. **Revista Grifos**, v. 21, n. 32/33, p. 14-28, 2012.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 227-263, 2014.

SELLTIZ, C.; JAHODA, M.; DEUTSCH, M.; COOK, S. W. **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais**. 5a reimp. ed. São Paulo: E.P.U., EDUSP, 1975.

SILVA, A. K. **Reforma agrária e processos produtivos: a reprodução da Monocultura da cana-de-açúcar por agricultores Familiares no assentamento Canafístula, Jacuípe-AL**. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) – Universidade Federal de Alagoas, Rio Largo, AL, 2019.

SORJ, B. **Reforma agrária em tempos de democracia e globalização**. In: Novos estudos. CEBRAP, São Paulo 1998, p. 23-24.

SOUSA, J. M. de M. **Do acampamento ao assentamento: Uma análise da Reforma Agrária e qualidade de vida em Sergipe**. 393f. Tese de Doutorado (Núcleo de pós-

graduação em geografia- NPGEO) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2009.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

THIOLLENT, M. **Metodologia Da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1998.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. 17. reimp. São Paulo: Atlas, 2008.

TURATTI, M. C. M. **Os filhos da lona preta**. São Paulo: Editora Alameda, 2005.

VEIGA, J. E. **O que é reforma agrária?** (4ª ed.) São Paulo: Brasiliense, 1998.

VILLWOCK, A. P. S.; GERMANI, A. R. M.; RONCATO, P. E. S. Questões de gênero no mundo rural e na extensão rural brasileira. **Revista Alamedas**, v. 4, n. 1, p. 1-17, 2016.

WEBER, M. **Sociologia da dominação**. In: WEBER, Max. Economia e sociedade. Brasília: UnB, 1991. p. 187-223.

## APÊNDICE

Apêndice I - Questionário estruturado utilizado na coleta de dados nos acampamentos.

Nº: \_\_\_\_\_ DATA: / /

### 2. Liderança Familiar:

Idade:

Gênero:

Raça:

Escolaridade:

### 3. Composição Familiar:

Nome:	Gênero	Grau de parentesco	de	Faixa Etária	Escolaridade	Ocupação
-------	--------	--------------------	----	--------------	--------------	----------

### 3.Renda familiar:

---

### 4.Estrutura Habitacional:

Energia Elétrica: Sim( ) Não( )

Fonte de Água p/consumo:

( ) Encanada ( ) Poço

( ) Nascente ( ) Chuva

( ) Outro:

Saneamento: Sim( ) Não( )

Método de saneamento:

( ) Esgotamento ( ) Fossa

Número de cômodos:

( ) Outro:

Material de construção da residência:

( ) Lona                      ( ) Madeira

( ) Taipa                      ( ) Alvenaria

( ) Outro:

## 6. Produção:

Finalidade da Produção:

Método de comercialização:

( ) Subsistência      ( ) Comercialização

( ) Feira Livre

( ) Atravessador

( ) Ambos

( ) Outro:

Utiliza insumos:

O que Produz:

( ) Agrotóxicos

( ) Bio Defensivos

( ) Fertilizantes Solúveis

( ) F. Orgânicos

( ) Outros:

O que almeja produzir depois de conquistada a terra:

Como se dá o escoamento da produção:

## 7. Histórico de Lutas:

Qual a profissão exercida antes de ocupar a terra:

Quanto tempo participa da ocupação:

É assistido por algum programa social:

( ) Não

( ) Sim, qual:

Qual a principal dificuldade:

Qual o maior sonho: